



Número: **0600660-28.2019.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Roberto Ribas Tavnaro**

Última distribuição : **11/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Partido Político - Órgão de Direção Estadual, Prestação de Contas - De Exercício Financeiro, Prestação de Contas - de Partido Político**

Objeto do processo: **Prestação de Contas Partidária Anual, pelo Diretório Estadual do Partido Trabalhista Cristão - PTC, relativa ao exercício de 2018 (inicialmente autuada a informação, na classe de Petição, para Intimação do órgão partidário omissa).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
COMISSAO PROVISORIA ESTADUAL DO PARANA DO PARTIDO TRABALHISTA CRISTAO - PTC (REQUERENTE)		JOSE EDUARDO DANIELIDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
NATHALIE LOPES MARTINS (RESPONSÁVEL)			
ALEXANDRE CESAR DISCIOLI (RESPONSÁVEL)		ANA CLARA SCHOLZE (ADVOGADO) THIAGO ACIOLE GUIMARAES (ADVOGADO)	
NOEMIA ALVES TREMURA (RESPONSÁVEL)		ANA CLARA SCHOLZE (ADVOGADO) THIAGO ACIOLE GUIMARAES (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42877952	09/02/2022 14:16	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 60.337

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 0600660-28.2019.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA ESTADUAL DO PARANA DO PARTIDO TRABALHISTA CRISTAO - PTC

ADVOGADO: JOSE EDUARDO DANIELIDES DE OLIVEIRA - OAB/PR0099247

RESPONSÁVEL: NATHALIE LOPES MARTINS

RESPONSÁVEL: ALEXANDRE CESAR DISCIOLI

ADVOGADO: ANA CLARA SCHOLZE - OAB/PR89125-A

ADVOGADO: THIAGO ACIOLE GUIMARAES - OAB/PR89124-A

RESPONSÁVEL: NOEMIA ALVES TREMURA

ADVOGADO: ANA CLARA SCHOLZE - OAB/PR89125-A

ADVOGADO: THIAGO ACIOLE GUIMARAES - OAB/PR89124-A

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO ESTADUAL. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018. INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. FALHA QUE NÃO COMPROMETEU A ANÁLISE DAS CONTAS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. Se, embora a prestação de contas tenha sido entregue intempestivamente, foi possível a sua integral análise e não há irregularidade, pode haver apenas a oposição de ressalva.

2. Contas aprovadas com ressalvas.



DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 07/02/2022

RELATOR(A) ROBERTO RIBAS TAVARNARO

RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas do Partido Trabalhista Cristão - PTC (Diretório Estadual do Paraná), referentes ao exercício financeiro de 2018.

Não houve movimentação financeira de recursos (id. 42789336).

O setor técnico manifestou-se pela aprovação das contas com ressalvas, diante do atraso na entrega da prestação de contas (id. 42789336) .

Devidamente intimada acerca do Parecer Conclusivo (id. 42796445), a agremiação quedou-se inerte (id. 42802525).

A Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pela aprovação com ressalvas das contas prestadas (id. 42813010).

Diante da ausência de apresentação de defesa e da constituição de advogado, foi decretada a revelia de Natalie Lopes Martins, dispensando-se sua intimação acerca dos atos processuais subsequentes. Ainda, foi determinada a exclusão de Ulisses Sabino Nogueira da demanda, diante da notícia de seu falecimento (id. 42825679).

É o relatório.

VOTO

A prestação de contas é o meio pelo qual a Justiça Eleitoral afere e julga a regularidade da arrecadação e aplicação dos recursos utilizados pelos partidos políticos, sendo regida pelas normas estabelecidas na Lei 9.096/1995 e instruções aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, incidindo, na espécie, a Res.-TSE 23.546/2017, que se aplica ao exame das irregularidades e impropriedades das contas relativas ao exercício financeiro de 2018.

Assim, conquanto o rito procedimental a ser aqui observado seja o da Res.-TSE



23.604/2019, o julgamento de mérito deve ser baseado na Res.-TSE 23.546/2017, conforme prescreve o art. 65 da Res.-TSE 23.604/2019:

Art. 65. As disposições previstas nesta resolução não atingem o mérito dos processos de prestação de contas relativos aos exercícios anteriores ao de 2016.

§ 1º As disposições processuais previstas nesta resolução devem ser aplicadas aos processos de prestação de contas relativos aos exercícios de 2009 e seguintes que ainda não tenham sido julgados.

§ 2º A adequação do rito dos processos de prestação de contas previstos no § 1º deste artigo deve observar forma determinada pelo juiz ou relator do feito, sem que sejam anulados ou prejudicados os atos já realizados.

§ 3º As irregularidades e impropriedades contidas nas prestações de contas relativas aos exercícios anteriores a 2015 devem ser analisadas de acordo com as regras vigentes no respectivo exercício, observando-se que:

I – as prestações de contas relativas aos exercícios anteriores a 2015 devem ser examinadas de acordo com as regras previstas na Res.-TSE nº 21.841/2004;

II – as prestações de contas relativas ao exercício de 2015 devem ser examinadas de acordo com as regras previstas na Res.-TSE nº 23.432; e

III – as prestações de contas relativas aos exercícios de 2016 e seguintes deverão ser examinadas de acordo com as regras previstas nesta resolução e as que a alterarem.

§ 4º As alterações realizadas nesta resolução que impliquem a análise das irregularidades e impropriedades contidas nas prestações de contas somente devem ser aplicáveis no exercício seguinte ao da deliberação pelo Plenário do Tribunal Superior Eleitoral, salvo previsão expressa em sentido contrário.

Após o exercício amplo do contraditório, a Seção de Contas Partidárias deste Tribunal manifestou-se pela aprovação das contas com ressalvas, diante do atraso na entrega da prestação de contas, em afronta ao contido no art. 28 da Res.-TSE 23.546/2017, que estabelece como data final o dia 30 de abril.

Com efeito, verifica-se que a prestação de contas anual foi apresentada em 24/09/2020, portanto, fora do prazo previsto no mencionado dispositivo legal. Contudo, o atraso não prejudicou a análise e fiscalização das contas pela Justiça Eleitoral, sendo falha que pode ser ressaltada.

CONCLUSÃO



Ante o exposto, acolho o parecer técnico da Seção de Contas Partidárias e a manifestação da Procuradoria Regional Eleitoral e voto no sentido de aprovar com ressalvas as contas apresentadas pelo Diretório Estadual do Partido Trabalhista Cristão - PTC.

Roberto Ribas Tavararo – relator

EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600660-28.2019.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ
- RELATOR: DR. ROBERTO RIBAS TAVARNARO - REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA
ESTADUAL DO PARANA DO PARTIDO TRABALHISTA CRISTAO - PTC - Advogado do(a)
REQUERENTE: JOSE EDUARDO DANIELIDES DE OLIVEIRA - PR0099247 -
RESPONSÁVEIS: ALEXANDRE CESAR DISCIOLI, NOEMIA ALVES TREMURA - Advogados
dos RESPONSÁVEIS: ANA CLARA SCHOLZE - PR89125-A, THIAGO ACIOLE GUIMARAES -
PR89124-A -RESPONSÁVEL: NATHALIE LOPES MARTINS

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentes Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Roberto Ribas Tavararo, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Carlos Maurício Ferreira, substituto em exercício, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani e Thiago Paiva dos Santos. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Mônica Dorotéia Bora.

SESSÃO DE 07.02.2022.

